



Candidatos ao Planalto de direita falam em manutenção de alguns programas, mas sugerem mudanças para impulsionar a emancipação dos beneficiários

De olho no social, mas com ressalvas

» LUÍZA ALTOÉ

Os planos de governo dos candidatos à Presidência de direita compartilham da premissa de que a transferência de renda em programas sociais deve ser um ponto de partida e não o destino final das famílias vulneráveis. A assistência social é vista como uma ponte que possibilita a autonomia econômica.

Com exceção do plano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o cenário se repete no caso dos candidatos Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e Augusto Cury (Avante). Os candidatos se comprometem com um aperfeiçoamento dos programas, combatendo fraudes e desvios.

É o caso de Flávio, que promete manter os programas atuais, com aprimoramentos da gestão com correções de distorções. Lula defende a realização de conferências para implantar e aprimorar políticas e programas sob responsabilidade federal.

Caiado e Zema apontam para um cruzamento dos dados do Cadastro Único (CadÚnico) com bases alternativas como uma forma de aprimoramento dos programas.

Cury e Renan Santos, por outro lado, defendem que os impactos dessa assistência social nas contas públicas devem ser considerados. Renan promete que, caso eleito, seu primeiro ato será a aprovação de uma PEC de Transição que, entre outras medidas, vai promover a desindexação de benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo, corrigindo-os apenas pela inflação.

Bolsa Família 2.0

No caso do Bolsa Família, principal programa de transferência de renda e assistência social do Brasil, os presidencialistas de direita já declararam que pretendem manter a iniciativa, mas com alterações. Em eventos passados, Flávio Bolsonaro disse que trata-se de um “direito adquirido” e que “ninguém tem o direito de tocar ou de acabar com ele”.

“Programas sociais como o Bolsa Família não podem ser a última coisa que o governo faz por alguém, têm que ser a primeira. Nós vamos garantir o Bolsa Família para as pessoas que precisam e vamos oferecer muito mais, vamos melhorar a vida delas”, afirmou esta semana, no Nordeste.

Da mesma forma, Caiado diz querer manter a rede de transferência de renda para quem precisa, mas sugere uma regra de transição para quem ingressa no trabalho

Rafael Lampert Zart/ ASCOM/ MDSA



Presidencialistas prometem aperfeiçoar o Bolsa Família; nenhum falou em cortar o benefício



Programas sociais como o Bolsa Família não podem ser a última coisa que o governo faz por alguém, têm que ser a primeira. Nós vamos garantir o Bolsa Família para as pessoas que precisam e vamos oferecer muito mais, vamos melhorar a vida delas”

Flávio Bolsonaro,
candidato à Presidência

formal ou amplia renda, reduzindo o benefício gradualmente e se conectando à qualificação, creche e intermediação. “O Bolsa Família sempre será mantido. Isso não é política de candidato à Presidência da República, é política de Estado”, disse o ex-governador de Goiás em evento em Brasília.

Romeu Zema, por outro lado, sugere que adultos aptos permaneçam no programa apenas se estiverem buscando emprego, estudando ou se qualificando profissionalmente. Com isso, o benefício pode ser suspenso se recusar vaga de

trabalho sem justificativa, exceto se forem responsáveis pelo cuidado de idosos, crianças pequenas ou pessoas com deficiência.

Segundo ele, o objetivo seria evitar uma geração de “imprestáveis”. O ex-governador de Minas Gerais também propôs a criação de uma premiação de R\$ 5 mil para as famílias que superarem o limite de renda e conseguirem deixar voluntariamente a dependência do programa.

Uma “reforma total do sistema de assistencialismo” viria com a eleição de Renan Santos. O plano de governo do candidato sugere uma contrapartida ao Bolsa Família com um modelo chamado “Frentes Cidades”, em que os beneficiários participam de projetos “para o bem público”.

“Nenhum estado brasileiro terá mais gente no Bolsa Família do que no trabalho formal ao fim do governo. (...) Adeus para muitas pessoas ao Bolsa Família, bem-vindo ao mundo das pessoas que compram as coisas com o próprio dinheiro”, disse Renan quando oficializou a candidatura.

No plano de governo, Cury defende que o Bolsa Família seja como renda para impulsionar o empreendedorismo e a autonomia econômica das famílias. “Nós vamos transformá-lo em um programa em que cada pessoa que assine a carteira ou tenha uma microempresa não perca o benefício, pelo menos por um certo tempo”, explicou em evento nessa semana. O plano de governo ainda cita que a emancipação dos beneficiários seria premiada com incentivos e taxas de juros mais baixas.

BPC

O BPC (Benefício de Prestação Continuada) não é mencionado na maioria dos planos de governo, mas as medidas propostas pelos candidatos transpõem o auxílio financeiro de um salário mínimo mensal dado a idosos e a pessoas com deficiência de baixa renda. Em 2025, o público gasto com o benefício atingiu R\$ 127,2 bilhões, o equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Diante desse cenário, o candidato Renan Santos, em especial, cita o programa ao propor uma reforma dos benefícios para a contenção do déficit público. A PEC da transição envolve a desindexação de benefícios assistenciais como o BPC e previdenciários em relação ao salário mínimo, fazendo com que passem a ser corrigidos apenas pela inflação.

Flávio não menciona o BPC no plano de governo, mas propõe reeditar uma medida provisória (MP) nos moldes da “MP Antifraude” de 2019, que exigiu a revalidação anual dos descontos associativos na aposentadoria, cancelando qualquer desconto feito sem o consentimento do aposentado.

Caiado, por outro lado, quer simplificar a avaliação biopsicossocial — etapa obrigatória para a concessão do BPC — e reduzir o tempo de espera no atendimento para pessoas com deficiência. Tanto ele quanto Zema também defendem o combate à fraude no acesso desse benefício. Cury, por sua vez, não menciona o BPC em seu programa de governo.

Vale-gás

A Tarifa Social de Energia Elétrica e o Vale-Gás são programas do governo federal brasileiro criados para ajudar famílias de baixa renda a pagar por serviços básicos essenciais. O primeiro é um desconto ou isenção na conta de luz para residências de famílias de baixa renda. O segundo, um benefício que ajuda na compra do botijão de gás de cozinha (13 kg) para famílias em situação de vulnerabilidade.

Caiado e Flávio se comprometem em manter e aperfeiçoar a gratuidade da energia elétrica para as famílias de baixa renda. Embora não cite nominalmente o termo Tarifa Social, Zema propõe baixar a conta de luz de todos os brasileiros por meio de um choque de corte em encargos e subsídios. Os três defendem medidas para reduzir o preço do gás de cozinha.

Renan Santos e Augusto Cury não trazem propostas ou referências diretas aos benefícios em suas diretrizes de governo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



As lições do piano de Thelonious Monk e as entrevistas dos candidatos

A frase “não existem notas erradas; algumas são apenas mais certas do que outras — tudo depende da que vem depois”, atribuída ao trompetista Miles Davis, traduz com precisão a estética de Thelonious Monk, um dos grandes gênios do jazz e autor de *Round Midnight*, *Straight, No Chaser*, *Epistrophy*, *Blue Monk* e *Misterioso*, entre outros clássicos do gênero.

Em termos musicais, significa que uma nota não pode ser julgada isoladamente. Uma dissonância aparentemente equivocada pode adquirir sentido conforme a frase prossegue. A nota seguinte pode resolvê-la, reafirmá-la ou transformar o choque inicial numa tensão deliberada. No jazz, sobretudo na improvisação, o valor de cada som depende de sua relação com o acorde, o ritmo, o silêncio e as notas que vêm antes e depois.

Monk tocava assim. A primeira audição, podia parecer irregular, áspero e até “errado”. Usava acordes dissonantes, intervalos inesperados, notas percussivas, acentos deslocados e pausas abruptas. Às vezes, levantava as mãos do teclado e deixava que o silêncio completasse a frase. Um dos fundadores do bebop, Monk nunca se acomodou às fórmulas do movimento. Enquanto outros pianistas exibiam velocidade e longas improvisações, ele preferia poucas notas, escolhidas com precisão.

Tocava o essencial e fazia do silêncio parte da música. Até os chapéus, os óculos escuros, as pausas e as danças ao redor do piano reforçavam a imagem de alguém que seguia uma lógica própria. Sua máxima é carregada de filosofia sobre criação, política e vida: um erro não precisa determinar o resultado. O gesto seguinte pode agravá-lo, corrigi-lo ou incorporá-lo a uma sequência coerente. Foi a capacidade de administrar erros, próprios ou atribuídos, que esteve em julgamento na rodada de entrevistas dos candidatos à Presidência realizada pela TV Globo.

Sem embargo das críticas ao formato adotado pela emissora, as sabatinas confirmaram que não existe eleição ganha de véspera nem candidato blindado. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), hoje, disputam diretamente o Palácio do Planalto. Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão) e Augusto Cury (Avante) tentam romper a polarização e chegar ao segundo turno.

As entrevistas mostraram que escândalos, segurança e crise institucional ocupam mais espaço no debate eleitoral do que os programas de governo. Cada candidato precisou lidar com suas notas dissonantes e tentar resolvê-las. Lula foi confrontado com o escândalo do INSS, as suspeitas envolvendo o filho Fábio Luís e as relações do governo com o Congresso. Negou conhecer Roberta Luchsinger, embora fotografias indiquem contatos anteriores.

Dissonâncias

Na economia, minimizou a dívida pública e apostou no crescimento do PIB. Descartou privatizar os Correios e prometeu zerar a fila do INSS. Mostrou experiência e o domínio sobre governo e políticas sociais. A fraqueza surgiu ao explicar suspeitas que alcançam seu círculo familiar e político. Demonstrou irritação com o pouco espaço para proposta e esteve muito perto de um desastre, porém sua experiência evitou o pior.

Flávio Bolsonaro enfrentou uma sabatina igualmente defensiva. O ponto mais delicado foi o financiamento do filme *Dark Horse*, sobre o pai, pelo banqueiro Daniel Vercaro. Tratou o financiamento como negócio privado, negou contrapartidas e recusou-se a apresentar contratos, gastos e investidores. A falta de transparência manteve aberta uma vulnerabilidade importante. Também foi questionado sobre rachadinhas, milícias, urnas e tentativa de golpe.

Prometeu buscar a anistia de Jair Bolsonaro, caso seja eleito. Na economia, ajuste fiscal sem reduzir aposentadorias nem alterar a valorização do salário-mínimo. Falou em cortar ministérios, cargos, desperdícios e fraudes, além de renegociar as dívidas das famílias. Ao indicar Claudio Lottenberg para a Saúde, tentou se afastar dos erros do pai durante a pandemia. Flávio foi disciplinado e saiu-se melhor do que Lula no confronto com os entrevistadores. Evitou explosões e respostas agressivas, mas não apresentou um projeto próprio convincente.

O formato da Globo acabou favorecendo os demais concorrentes, menos pressionados por escândalos de grande repercussão. Ronaldo Caiado procurou ocupar o espaço da direita institucional, experiente e comprometida com a ordem. Romeu Zema reiterou o discurso liberal de redução do Estado, combate aos privilégios e endurecimento contra o crime.

Renan Santos foi o mais contundente e, também, o mais temerário, ao defender a fabricação de armas nucleares, apesar das restrições constitucionais e dos compromissos internacionais do Brasil. Transformou a busca por visibilidade numa dissonância difícil de resolver. Escrevo antes da entrevista de Augusto Cury, que vem mantendo o discurso moderado e procura se apresentar como alternativa à polarização e ao radicalismo, ao contrário de Renan.

As entrevistas não definirão o resultado da eleição. Foram apenas os primeiros compassos de uma campanha sujeita a denúncias, erros, improvisações e mudanças de andamento. Na política, como no piano de Monk, uma declaração infeliz ou ação errada pode até ser fatal, mas depende do que ainda virá depois. Numa campanha eleitoral, a diferença entre o erro fatal e a improvisação bem-sucedida está na capacidade de reconhecer a dissonância, administrar suas consequências e mesmo assim convencer o eleitor de que, apesar de tudo, se é o melhor.